

REFERENDO O BRASIL ESCOLHE SEU FUTURO

Para derrotados, governo também foi avaliado

Defensores do 'Sim' e do 'Não' dizem que crise influenciou votação; Bastos diz que Planalto só será julgado em 2006

• SÃO PAULO. A ampla vitória do "Não" no referendo abriu uma discussão sobre a influência do governo no resultado da votação. Até dois artifícios da campanha do "Sim", o vice-presidente da Frente do Sim, deputado Raul Jungmann (PPS-PE), e o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), admitiram que a crise política contaminou o debate sobre o comércio de armas. Mas, para o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o referendo não significou a aprovação ou a desaprovação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

— Foi uma manipulação, mas pegou. Virou um plebiscito contra a política de segurança e contra o governo — disse Jungmann.

— Não tenho como avaliar se a votação foi um plebiscito contra o governo. Mas sei que a União é voluntariamente omissa na segurança. Faz pirotécia e não investimentos — completou Renan.

Já Bastos, que também votou no "Sim", disse que o julgamento do governo acontecerá no ano que vem:

— Não vejo como isso possa ser um plebiscito a favor ou contra o governo. A eleição que vai julgar o governo será no ano que vem.

Ele disse que, independentemente do resultado, o governo vai continuar com a fiscalização e o controle rigorosos do comércio de armas e munição.

— O referendo, em matéria de desarmamento, significaria o quê? O aprofundamento do Estatuto do Desarmamento. Vamos continuar fiscalizando rigorosamente e o controle de armas vai continuar sendo um bem. Faz parte da política de segurança, é uma das medidas a favor da segurança pública.

Bastos afirmou que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Carlos Velloso, já comentou sobre a possibilidade de realizar novos referendos de quatro em quatro anos:

— É a primeira vez que se faz o referendo. É um primeiro passo na direção do aprofundamento da democracia.

Para prefeito, 'Não' foi protesto

• O prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), que votou "Sim", afirmou que os eleitores que escolheram o "Não" estavam protestando contra o governo. Outro tucano, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, também disse ter optado pelo "Sim". Segundo ele, o governo precisa fortalecer medidas para impedir o tráfico de armas. Já Serra, sem citar nomes, atacou o governo:

— Muitos que votaram "Não" protestaram contra as precárias condições de segurança no Brasil — disse Serra.

Alckmin, por sua vez, afirmou que a proibição do comércio de armas provavelmente não resolveria os problemas de segurança, mas contribuiria para reduzir a criminalidade. Segundo ele, quem está preparado para an-

A herança do referendo

QUEM GANHA

LUIZ ANTÔNIO FLEURY

O deputado do PMDB paulista, marcado pelo massacre do Carandiru (111 mortos) quando era governador, ganhou espaço como um dos líderes do "Não". Conseguiu novo status no Congresso com a vitória no referendo



BANCADA DA BALA

Vistos como vilões durante a tramitação do Estatuto do Desarmamento, os deputados que fazem o lobby dos fabricantes de armas saem vitoriosos. Conseguiram convencer a população com argumentos de um direito e a importância de se defender da violência com as próprias mãos e podem partir agora para outras campanhas, como a redução da maioridade penal

INDÚSTRIA DE ARMAS

Além do aumento nas vendas decorrente da possibilidade de vitória do "Não", os fabricantes de armamentos e munição ganharam prestígio. Semana passada, as ações da Forjas Taurus na Bovespa subiram fortemente: 17,3% na terça-feira, um dia em que a bolsa teve valorização de apenas 1,56%

GENTE COMUM

A campanha do "Não" pôs pessoas desconhecidas em sua propaganda e ganhou autenticidade. Um alerta, aliás, para a propaganda eleitoral do ano que vem

COLECIONADORES E ATRADORES PROFISSIONAIS

Antes preocupados com eventuais dificuldades na aquisição de seus objetos de consumo, os apaixonados por armas e munição transformaram-se em garotos-propaganda do "Não". Seus argumentos também foram levados em conta pelo eleitorado

QUEM PERDE

MÁRCIO THOMAZ BASTOS E RAUL JUNGSMANN

Os dois grandes cabos eleitorais do "Sim" são, também, os maiores derrotados com o resultado. O ministro é o grande arquiote do Estatuto do Desarmamento desde o início da formulação da lei promulgada em 2003, o deputado foi o líder da fracassada campanha pela proibição



LULA

O presidente assinou artigo revelando seu apoio ao "Sim" e sempre apostou no desarmamento. Sexta-feira, prevendo a derrota, esquivou-se afirmando que o voto é secreto, para então admitir a derrota

ONGS

Entidades como o Viva Rio mergulharam de cabeça na luta pelo "Sim", mas não conseguiram convencer o eleitorado com seus argumentos pacifistas

ARTISTAS

Carle famosa teve a credibilidade atingida indiretamente pelo escândalo do caixa dois nas campanhas políticas. Depoimento de artista (que o povo entende ser controlado para a tarefa) não convenceu mais ninguém. Fernanda Montenegro, Chico Buarque, José Mayer e Marcelo Yuka defenderam o "Sim". Ouviram um "Não" rotundo

IGREJAS

A CNBB lançou manifesto chamado "Diga sim à vida", e fez campanha em mais de 7 mil paróquias Brasil afora pregando o desarmamento, mas não sensibilizou o rebanho. Líderes evangélicos e de várias outras religiões também entraram na campanha do "Sim", sem sucesso

COMO FICA O COMÉRCIO DE ARMAS

Mesmo com a vitória do "Não" no referendo, comprar armas no Brasil já é mais difícil desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento, em dezembro de 2003. A seguir, as regras:

REGISTRO DA ARMA

O Estatuto do Desarmamento determina que o interessado em comprar arma para uso exclusivo em seu domicílio deverá:

- 1 Assinar declaração de sua efetiva necessidade, ou seja, explicando os motivos pelos quais precisa ter uma arma em casa
- 2 Apresentar certidões de que não tem antecedentes criminais e não está respondendo a inquérito policial ou a processo criminal
- 3 Apresentar documento que comprove sua ocupação lícita e residência certa
- 4 Comprovar sua capacidade técnica e aptidão psicológica para manuseio de arma. É preciso, por exemplo, fazer um teste psicológico e mostrar perícia no uso de armas. Apenas após a apresentação de todos esses requisitos, o interessado em comprar uma arma de fogo receberá do Sinarm, órgão da Polícia Federal, uma autorização para a compra. O Comando do Exército é responsável pelo registro das armas de uso restrito. Não existe mais o registro estadual



IDADE

Somente maiores de 25 anos poderão comprar arma de fogo

FLAGRANTE

O porte ilegal de arma não registrada é crime inafiançável. Só pagará fiança quem for pego portando arma de fogo de uso permitido e se esta estiver registrada em seu nome. Se o porte ilegal for de arma de uso restrito, além de ser crime inafiançável, o réu não terá direito à liberdade provisória. O mesmo tratamento terá quem praticar o comércio ilegal e o tráfico internacional de arma de fogo

PORTE DE ARMA

A lei proíbe o porte de armas (nas ruas) por civis, com exceção para casos onde há ameaça à vida da pessoa. O porte de arma, emitido exclusivamente pela Polícia Federal, terá duração previamente determinada e estará sujeito à demonstração de efetiva necessidade. O porte poderá ser cassado a qualquer tempo, principalmente se o portador for abordado com sua arma em estado de embriaguez ou sob efeito de drogas ou medicamentos que provoquem alteração do desempenho intelectual ou motor

TAXAS

As taxas cobradas para a emissão de autorização para porte de armas e para registro de armas de fogo foram aumentadas no Estatuto do Desarmamento, com o objetivo de desestimular o pedido de novas permissões. Para novo registro, renovação ou segunda via, a taxa é de R\$ 300. Para a expedição de porte, renovação ou segunda via do porte, a taxa é de R\$ 1 mil



Presidente admite derrota após votar no 'Sim'

'Quem não sabe usar arma é melhor não ter. Se tiver, passa a ser uma arma na mão do adversário'

• SÃO BERNARDO E SÃO PAULO. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem à noite em São Paulo que é contra o uso de armas, mas respeitará o resultado do referendo, seja qual for.

— Estou confiante na participação da sociedade brasileira. Esse (o desarmamento) é um problema polêmico.

respeita a vontade da maioria.

— Acho que uma pessoa comum ter arma não dá segurança. Por isso votei "Sim". Agora, a vontade do povo é soberana — disse Lula de manhã.

O presidente chegou às 11h15m à Escola Estadual Dou-

NA HORA DO VOTO



• MAIS DEBATE: Militante do "Sim", a atriz Camila Pitanga disse esperar que o referendo leve a um debate maior sobre segurança pública.

Independente do resultado, gostaria que se abrisse uma discussão mais ampla sobre a violência — disse. A atriz afirmou que a campanha do "Não" manipulou o medo das pessoas, disse inverdades e jogou com um tipo de defesa em que ela não acredita:

O desarmamento não resolve, mas atenua o risco de mortes por acidentes com crianças, por exemplo.



• VOTO SECRETO: O cardeal-arcebispo do Rio, dom Eusebio Scheid, não quis revelar seu voto no referendo. Aos 72 anos, desobrigado à votação, o cardeal disse apenas ter votado de acordo com a sua consciência.

Acredito que a violência não é resolvida com votações, mas com a organização da segurança. Quem tem arma que tenha arma para a segurança. As armas têm que estar na mão de quem deve estar armado. Tantas armas quanto forem precisas para organizar a segurança observou dom Eusebio.

pelo 'Não'. O governo deveria ficar preocupado com isso.

O deputado José Dirceu (SP) se mostrou descontente com a realização do referendo. Favorável à proibição do comércio de armas, ele discordou da tese de que o referendo seja um julgamento do governo federal.

— Esse não é um julgamento do governo. É um julgamento do Brasil deve ou não proibir

gar armaco e a poucia.

- O deputado Luiz Antonio Fleury Filho (PTB-SP), vice-presidente da Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa, criticou o que chamou de parcialidade do governo federal na campanha do referendo e afirmou que a vitória do "Não" é a reprovação dos eleitores à política de segurança pública do governo Lula.

— Não é um plebiscito sobre o governo. Mas o governo se envolveu sem necessidade e vai pagar o preço de uma derrota que não precisaria. A vitória do 'Não' é um atestado da falência da política de segurança pública do governo federal. Fleury lembrou que propôs ao governo que o referendo ocorresse em 2010, quando se poderia ter uma "análise cien-

tífica" do Estatuto do Desarmamento. Segundo ele, quem teve pressa foi o próprio governo. Ontem, depois que o ministro da Justiça disse que pode-se referendar o resultado a cada quatro anos, o deputado ficou irritado.

— Quando eu quis fazer o referendo em 2010, o governo quis fazer com rapidez. Agora

se ganha o 'Não', eles pensam em novo referendo? Só pode ser brincadeira do ministro — reclamou Fleury, que deve propor uma frente suprapartidária na Câmara, unindo adeptos do "Não" e do "Sim", para discutir com o Ministério da Justiça a implementação completa da lei do desarmamento.

Já o presidente da Câmara,

tor João Firmino Correia de Araujo, no município de em São Bernardo do Campo, onde vota há mais de 20 anos, acompanhado da primeira-dama Marisa Letícia, que também votou no "Sim".

Os dois gastaram cerca de cinco minutos para votar. Na saída, evitaram dar declarações sobre o referendo.

— Não pode — alertou a primeira-dama.

Perguntada sobre sua opção, dona Marisa fez o número dois com os dedos (referência ao número do "Sim"). Na saída, Lula não se conteve e fez uma rápida declaração para confirmar seu voto.

Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que votou em São Paulo, engrossou o coro pelo "Sim" e criticou Fleury, dizendo que opinião do deputado é "equivocada".

— Não se pode dizer que o aumento do "Não" é uma resposta da população ao governo — disse Aldo.

Aldo tentou despolitizar o referendo. Segundo ele, parla-

mentares de diversos partidos, inclusive da oposição ao governo, votaram pelo "Sim".

O diretor-executivo do Instituto Sou da Paz, Denis Mizne, um dos coordenadores da campanha do "Sim", concorda, em parte, com os rivais do "Não": — A associação do governo com a campanha do 'Sim' fez com que muita gente votasse

dir o comercio de armas.

Dirceu é contra novos referendos

• Dirceu disse ser contra a realização de novos referendos pelo menos no tocante à proibição de armas de fogo. De acordo com o ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, já circula a proposta de realizar essa consulta pública aos eleitores a cada quatro anos.

— Votei 'Sim' na expectativa de que o governo e a sociedade tomem uma série de medidas para impedir o contrabando de armas, o comércio ilegal e para garantir a reforma do sistema penitenciário — disse Dirceu. ■